



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO  
CONCIDADE NATAL**

**ATA SUMÁRIA REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA  
CONCIDADE NATAL DE 29 DE OUTUBRO DE 2013**

**PAUTA: CALENDÁRIO DE REUNIÕES; EDITAL DE ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE; DEFINIÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA ANÁLISE DO PROJETO DE LEI REFERENTE A ZPA Nº 10. COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (MNPR).**

1     Aos 29 dias do mês de outubro do ano de 2013, realizou-se no auditório da  
2     SEGELM a terceira reunião ordinária do Concidade Natal, presidida pelo  
3     conselheiro, o Sr. Albert Josué que apresenta os pontos da pauta e chama a  
4     atenção para a relevância de questões a serem tratadas e votadas nesta  
5     reunião como a ZPA 10, a ser apresentada pela representante do Conplam,  
6     Profª Cristina Moraes, e da votação do regulamento para eleição do vice-  
7     presidente do Concidade Natal. Josué fala da importância do trabalho do  
8     Conplam e de sua representatividade quanto câmara temática do Concidade.  
9     Ele explica sobre as dificuldades enfrentada pelo quanto a agenda de  
10    inúmeros compromissos do presidente. Ainda no espaço de informes, Josué  
11    Neto abre a palavra para apresentação dos representantes do Movimento dos  
12    Moradores de Rua (MNPR), que estão presentes para argumentar a respeito  
13    de suas necessidades e dos programas de habitação. Após a fala, Josué  
14    explica que a segunda edição do Programa Minha Casa Minha Vida, o  
15    chamado Morar Bem, os moradores de rua tiveram tratamento diferencial, por  
16    meio de critérios específicos que cabiam esse público. Em seguida, Josué  
17    Neto passa a palavra para Professora Cristina que agradece o convite, e inicia  
18    explicando como o material tramitou no CONPLAM. Ela recebeu a relatoria do  
19    processo em setembro passado (2012) do ano passado, já com o resultado da  
20    audiência onde colocava a sequência os fóruns e instâncias por onde  
21    tramitariam para ir para a câmara municipal. Essa nova proposta valeria para  
22    todas as ZPAS, e para todos os planos. A proposta elaborada pela SEMURB



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO  
CONCIDADE NATAL**

23 deveria passar por todos os conselhos. O CONPLAM não aceitou e foi  
24 aprovado que, somente depois dos outros conselhos, a SEMURB o receberia.  
25 O corpo técnico da SEMURB ouviu todos os envolvidos e depois que passou  
26 pelos conselhos não houve nenhuma alteração e voltou para o CONPLAM. O  
27 processo que veio da SEMURB não teve alterações a não ser o art. 9 onde  
28 fica o farol de Mãe Luiza. Cristina alerta que é importante colocar de início, que  
29 o limite da ZPA sofreu alteração com relação ao atual, que é da ZET 2, uma  
30 vez que a característica dela é mais de ZPA que de ZET. Diz que o processo  
31 propiciou contribuição dos diversos agentes. Ela fala da importância de manter  
32 a função ambiental das dunas e a visibilidade do mar, e que é que determinará  
33 o gabarito. Proteger o solo e assegurar a segurança da área para a  
34 comunidade de Mãe Luiza, não só pelas questões de preservação, como  
35 também de moradia. Ela explica que houve alterações para as prescrições da  
36 ZPA 10. A seu ver, achou o projeto de lei confuso e segundo a norma deixaria  
37 os quadros para os anexos, mas a PGM achou por bem deixar no meio do  
38 texto. Na sequência, Cristina fala dos artigos e diz que, no CONPLAM, a  
39 marinha pediu vistas sobre apenas ao art. 9 da subzona onde fica o farol de  
40 Mae Luíza. A proposta da marinha era de retirar a subzona3 da zpa 10, ali  
41 teria uma legislação própria da marinha. Eles possuem o projeto de construção  
42 de uma rádio e, como não foi aceita a proposta, os índices estavam  
43 discrepantes. Eles incluíram dois artigos em que falavam do controle da região  
44 e isso não foi acatado pelo CONPLAM. Ao término da apresentação de  
45 Cristina, Josué com a palavra, explica que o Concidade está colocando em  
46 análise para votação e abre uma ressalva, dizendo que a lei que criou o  
47 conselho da cidade, terá obrigatoriamente para suas decisões os conselhos  
48 técnicos, então estes conselhos são as comissões técnicas. Se o concidade  
49 entender que não é pertinente a estes conselhos, ele pode criar comissões  
50 técnicas que podem ter prazos definidos. Caso não seja desta forma, será  
51 tratado no relacionamento com as câmaras. Assim acontece no nacional e em



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO  
CONCIDADE NATAL**

52 outros estados. Assim, foi chamada a representante da câmara técnica, para  
53 que nos desse a condição de já votar a zpa 10. Ele explica ainda que temos a  
54 alternativa de achar adequado pedir vistas ao processo. Rosa de Fátima  
55 lembra que, como foi aprovado em audiência pública ainda passará por uma  
56 conferência. Ruth Ataíde, com a palavra, explica que todas as ZPAs irão para  
57 a conferência. O Concidade seria o último antes de receber o olhar da  
58 sociedade antes de ir para a Câmara Municipal. Ela diz que é necessário que o  
59 relator seja um conselheiro. Ruth explica que a ZPA 10 não é a mais simples,  
60 existem interesses imobiliários. Ela diz que teve a oportunidade de ver que a  
61 marinha propôs a ampliação da sua taxa de ocupação. Em sua opinião,  
62 alguém deve pegar o processo escrever o relato e fazer o parecer. A discussão  
63 adentra para as questões do rito. Josué diz, que fez contato com outros  
64 conselhos e percebeu que há várias formas de atuação, no uso das câmaras  
65 técnicas. Cassia bulhões, com a palavra diz que é importante que a SEMURB  
66 faça a exposição de tudo que foi colocado, para respaldar o Concidade.  
67 Florésia Pessoa fala que é preciso rever o fluxograma. No seu entender, o  
68 Concidade vota e vai para a câmara. Josué retoma a discussão e pergunta se  
69 os conselheiros tem condições de aprovar a minuta do CONPLAM. Ruth  
70 Ataíde, com a palavra, diz que não temos como votar essa proposta, pois ano  
71 passado o conselho solicitou um parecer do CONPLAM. E continua: neste  
72 momento cabe a SEMURB pegar a contribuição dos 4 conselhos e  
73 sistematizar para trazer ao Concidade. Ruth lembra que, dos 4 conselhos,  
74 somente um ou dois opinaram. Assim, fica decidido que, o Concidade solicitará  
75 à SEMURB as informações necessárias para consolidação do processo e daí  
76 se nomeará uma comissão. A reunião é encerrada às 17h20.

<b>Conselheiros e suplentes presentes</b>	
<b>Albert Josué Neto – SEHARPE</b>	
<b>Aristotelino Monteiro Ferreira - ARSBAN</b>	
<b>Claudia Souto César Dantas - SEMOPI</b>	



**SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO  
CONCIDADE NATAL**

<b>Elias Nunes - ARSBAN</b>	
<b>Francisca de Fátima de Lima Barbosa - SEMSUR</b>	
<b>Francisco Constantino Sobrinho - Representante Territorial</b>	
<b>Josivan Cardoso Moreno - URBANA</b>	
<b>Márcia Aparecida S da Silva – SEMPLA</b>	
<b>Marcelo de Faria Alvim – SETURDE</b>	
<b>Marcos Antônio Ribeiro – MLB</b>	
<b>Maria José Medeiros – SEMTAS</b>	
<b>Marise Costa de S. Duarte - PGM</b>	
<b>Pedro Celestino Dantas Júnior - Representante Territorial</b>	
<b>Pedro Fagundes da Silva - Representante Territorial</b>	
<b>Walter Fernandes de M. Neto - ARSBAN</b>	

---

**Albert Josuá Neto**  
Presidente da Sessão

---

**Juliana Rocha de Azevedo da Costa**  
Secretária Executiva do Concidade Natal